

PROGRAMA DE CONCURSO N.º 07/DG-DAI-TCCV/2026

TEMAS DE TRABALHO

TRIBUNAL DE CONTAS

1. Tribunal de Contas, organização, composição e o funcionamento;
2. Tribunal de Contas - Competência de Fiscalização e Controlo Financeiro;
3. O Estatuto do pessoal dos serviços de Apoio do Tribunal de Contas;
4. A tramitação dos processos de fiscalização prévia;
5. A prestação de contas públicas e a transparência na gestão pública;
6. O Sistema de Controlo na Administração Pública de Cabo Verde;
7. Tribunal de Contas - A efetivação da responsabilidade financeira;
8. Atos do Tribunal de Contas (Acórdãos, Decisões, Pareceres, Sentenças).

DIREITO DA FUNÇÃO PÚBLICA

9. Regime jurídico do emprego público;
10. Plano de Carreiras, Funções e Remunerações;
11. Estágio probatório na administração pública;
12. O estatuto do Pessoal dirigente da função pública e Pessoal do quadro especial;
13. A Mobilidade profissional e territorial dos funcionários;
14. Estatuto disciplinar dos agentes da administração pública;
15. Estatuto de aposentação e da pensão de sobrevivência;
16. Jornada de trabalho na administração pública;
17. Gestão de férias, faltas e licenças na administração pública.

DIREITO DAS AUTARQUIAS LOCAIS

18. As transferências para as Câmaras Municipais e as competências para a administração dos impostos municipais;
19. Estatuto dos Municípios e o Regime financeiro das autarquias locais;
20. Imposto Único sobre o Património;
21. Imposto Municipal sobre Veículos Automóveis;

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

22. Administração Pública e a Organização geral da atividade Administrativa do Estado;
23. A Modernização Administrativa;

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

24. A Contratação Pública e o regime substantivo dos contratos Administrativos;
25. Parceria Público-Privado

CONTABILIDADE E FINANÇAS PÚBLICAS

26. Contabilidade Pública - Conceitos, Objeto e Objetivos;
27. A Reforma da Administração Financeira do Estado;
28. Os Organismos e Serviços públicos;
29. A Receitas e Despesas públicas;
30. O Orçamento do Estado e Orçamentos dos Serviços;
31. Orçamento por Atividades;
32. Orçamentos Privativos;

33. Realização de Despesas;
34. Elaboração e Apresentação de Mapas de Execução Orçamental;
35. Elaboração e Apresentação da Conta Geral do Estado;
36. O Plano Nacional da Contabilidade Pública;
37. O Classificador das receitas, das despesas, dos ativos financeiros e passivos financeiros;
38. Os princípios, as normas relativas ao regime financeiro à contabilidade e ao controlo da gestão financeira da administração Central;
39. Fundo de Maneio e gestão patrimonial;
40. Serviço Ordenador e o Ordenador Financeiro;
41. Ajudas de custos, deslocações outros abonos a aplicar em serviço público no território nacional e ao exterior;
42. A Lei de bases do Orçamento do Estado;
43. O Orçamento do Estado e os procedimentos à boa execução orçamental;
44. A Dívida Pública;
45. Passivos Contingenciais;
46. Empréstimos de Retrocessão;
47. A execução e o controlo orçamental;
48. O património financeiro e não financeiro;
49. O Sistema de Normalização Contabilística e Financeiro;
50. As Normas de Relato Financeiro e os respetivos Despachos Normativos Aplicados;
51. O IASB e a Harmonização Contabilística Internacional;
52. Títulos da dívida pública do Estado de Cabo Verde;
53. Regime Jurídico da Tesouraria do Estado;
54. Normas e procedimentos relacionados com a gestão do sistema de pagamentos e recebimentos dos organismos que gerem os recursos do Estado;
55. Fundo Monetário Internacional e os Limites da Sustentabilidade da Dívida.

AUDITORIA FINANCEIRA

56. A auditoria no contexto nacional;
57. Normas Internacionais de Auditoria e de Controlo de Qualidade;
58. Aspetos Gerais da Auditoria;
59. Avaliação do Risco e Resposta aos Riscos Avaliados;
60. Prova no trabalho de Auditoria: A importância da prova; formas de recolha da prova; tipos e valor da prova recolhida;
61. Uso dos Trabalhos de Terceiros;
62. Papéis de trabalho: Conceitos, importância do papel de trabalho, organização do papel do trabalho em dossier permanente e corrente, indexação dos papeis de trabalho ao relatório;
63. Auditoria e Relato: Relatório como parte visível do trabalho realizado; princípios gerais a observar na elaboração do relatório; estrutura genérica do relatório; certificação legal das contas; tipos de opinião em auditoria

AUDITORIA NO SECTOR PÚBLICO

64. A auditoria – o Conceito, âmbito e fundamentos;
65. A auditoria - Normativo Internacional da INTOSAI
66. Os Princípios Básicos em Auditoria Pública;
67. As Normas gerais em auditoria pública e normas com relevo ético;
68. As Normas de relato em auditoria pública.

Tribunal de Contas – Achada Santo António

VoIP: 7800 - Telefone: 2623552 - Fax: 2623551 – Email: tcontascaboverde@tcontas.gov.cv

www.tribunalcontas.cv

AUDITORIA INTERNA

69. O Controlo Interno: Objetivos do controlo interno; tipos de controlo interno e os seus elementos fundamentais; limitações;
70. A auditoria Interna – o Conceito, Âmbito e fundamentos;
71. A Avaliação dos Processos de Gestão de Risco;
72. Avaliação do Controlo Interno – As Técnicas de avaliação do sistema de controlo interno, testes de controlo e Tipos de Controlo Interno;
73. Os Normativos da Auditoria Interna;
74. Os Modelos de Controlo Interno (COSO – ERM);
75. As limitações da Auditoria Interna.

FISCALIDADE

76. Sistema fiscal e ordenamento jurídico tributário;
77. Administração fiscal;
78. Procedimento Tributário;
79. Benefícios Fiscais;
80. Regime da Inspeção Tributária - Contencioso Fiscal - Processo Tributário e Execuções Tributárias;
81. Regime Jurídico das Infrações Tributárias não Aduaneiras;
82. IRPS e IRPC;
83. IVA;
84. Código do imposto de selo;
85. Regime jurídico das retenções na fonte;
86. Fiscalidade Internacional – Convenções para evitar a dupla tributação e a evasão fiscal.

SOCIEDADES COMERCIAIS

87. Conceito de Sociedade Comercial;
88. Tipos de Sociedades Comerciais;
89. Constituição de Sociedades;
90. Estruturas de Governação;
91. Estruturas de Fiscalização;
92. Apreciação anual da situação da sociedade;
93. Deliberações Sociais;
94. Alterações do contrato e sociedade (fusões, cisões, transformações, dissolução e liquidação);
95. Alterações do Capital Próprio.

Tribunal de Contas, Cidade da Praia, aos 20 de outubro de 2026.

O Diretor Geral,

Luís António Ortet da Veiga



